



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
PROJETO COMEÇAR DE NOVO

# III ENCONTRO ESTADUAL DE EXECUÇÃO PENAL DO PARÁ: A EXECUÇÃO DA MEDIDA DE SEGURANÇA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO SOCIAL

## RELATÓRIO



“A loucura, objeto de meus estudos, era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente”.

Machado de Assis  
O Alienista

**B ELÉM-PARÁ**  
**ANO 2013**

**O II Encontro Estadual de Execução Penal do Pará: A Execução da Medida de Segurança na Perspectiva da Inclusão Social** foi realizado nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2013, nas dependências dos Fóruns Cível e Criminal do TJEPA, com objetivo de: promover a articulação entre instituições governamentais e não governamentais do Estado do Pará, a fim de criar uma rede de intercâmbio, atendimento e prestação de serviços que favoreçam a promoção da cidadania, a desinternação e a reintegração social daqueles que se encontram internados por medida de segurança.

O referido Encontro foi idealizado pela professora de psicologia e doutoranda da PUC/SP **Alyne Alvarez**, organizado e coordenado pelo **Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Pará-GMF do Projeto Começar de Novo**, criado por determinação do Conselho Nacional de Justiça (resolução nº 96/2009-CNJ), através da portaria nº 2702/2009-GP, o qual tem como um de seus objetivos: promover ações de reinserção social de presos, egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas.

Durante o evento, foi registrada a participação de 208 inscritos, entre representantes de instituições governamentais e não governamentais que atuam com a pessoa em situação manicomial, internada ou não, e na execução penal no Estado do Pará, sendo estes: Juízes, Técnicos e Estagiários do TJPA das Comarcas de Belém, Ananindeua, Abaetetuba, Paragominas, Castanhal, Santarém, Igarapé-Miri, Capanema, Marabá, Marapanim, Redenção e Mocajuba; Promotores de Justiça e estagiários do MP; Defensores Públicos; Advogados representantes da OAB; Conselho da Comunidade; Diretores das Casas Penais, Técnicos e estagiários da Susipe; Diretores da Fábrica Esperança; representantes da Secretaria Estadual de Saúde e da Secretaria Estadual de Educação; Representante das Instituições da Prefeitura municipal de Belém; Universidade da Amazônia; Centro de Estudos Superior do Pará; Pastoral Carcerária; Escola de Teatro da UFPA; e Fundação Curro Velho.

Para contribuir com os debates dos temas pautados, contamos com a contribuição de vários convidados que participaram como palestrantes: entre os quais destacamos: Dr. Haroldo Caetano, Promotor

de Justiça do MP/GO; Tânia Kolker, Ministério da Saúde; Cristina Vicentin, PUC/SP.

A organização da programação se deu a partir dos seguintes objetivos específicos:

- Pactuar com os parceiros a co-responsabilização na formulação/monitoramento de um Programa de Atenção Integral às pessoas em medida de segurança do Estado no sentido de garantir acesso aos direitos fundamentais e sociais;
- Aprofundar o diálogo com os magistrados acerca da excepcionalidade da medida de segurança em meio fechado e das alternativas de tratamento e cuidado em saúde mental;
- Conhecer boas práticas no campo da execução da medida de segurança no Brasil e no exterior;
- Referendar a comissão permanente para elaboração do Plano Interinstitucional de Política de Atenção Integral ao Portador de Sofrimento Mental e Medida de Segurança no Estado do Pará;
- Estabelecer as diretrizes que subsidiarão a elaboração do Plano Interinstitucional de Política de Atenção Integral ao Portador de Sofrimento Mental e Medida de Segurança no Estado do Pará.

Quanto à metodologia dos trabalhos, o Encontro teve caráter informativo, avaliativo e propositivo e foi desenvolvido através de palestras, discussões em plenário, relato de experiências de cumpridores de medida de segurança e grupos de trabalho sem temática previamente definida mas focados na proposta do encontro.

Todos os participantes tiveram igual direito à voz e à apresentação de propostas nos grupos e plenárias. Houve o comprometimento de todos os participantes em divulgar e encaminhar, no âmbito de suas respectivas instituições, as proposições elaboradas pelo referido evento.

## **SÍNTESE DAS PROPOSTAS DOS GTS DO "III ENCONTRO ESTADUAL DE EXECUÇÃO PENAL DO PARÁ: A EXECUÇÃO DA MEDIDA DE SEGURANÇA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO SOCIAL"**

- ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS INTERNOS QUE FIZERAM DENÚNCIAS DURANTE O ENCONTRO PARA QUE NÃO SOFRAM RETALIAÇÕES;
- COMUNICAR FORMALMENTE AO CONSELHO ESTADUAL A CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE REORIENTAÇÃO DO HCTP;
- FORMAR UMA EQUIPE PARA CONSTRUÇÃO DE UM PLANO EMERGENCIAL PARA O HCTP, QUE BUSQUE RESOLVER PROBLEMAS URGENTES DO HOSPITAL, COMO, POR EXEMPLO, A DESATIVAÇÃO DA CELA DE MEDIDA DISCIPLINAR CASO ELA SEJA ENCONTRADA, E O REESTABELECIMENTO DAS VISITAS ÍNTIMAS;
- IMEDIATA CONTRATAÇÃO DE UM PSIQUIATRA PARA O HCTP;
- NOTIFICAÇÃO A CADA DOIS MESES POR PARTE DO HCTP DA SITUAÇÃO DOS PRESOS AO JUIZ RESPONSÁVEL, A FIM DE QUE A CONDIÇÃO DESSES INTERNOS POSSA SER SISTEMATICAMENTE REAVALIADA;
- ESTUDAR OS PROGRAMAS PAILI E PAIPJ E AS PORTARIAS QUE SERÃO LANÇADAS;
- CONSTRUÇÃO DE UMA PACTUAÇÃO DE GESTÃO ENTRE JUDICIÁRIO E EXECUTIVO, REALIZADA A PARTIR DE UM ENCONTRO ORGANIZADO COM UMA PAUTA ESPECÍFICA E DIRECIONADO AOS ATORES INSTITUCIONAIS QUE DEVEM SER ENVOLVIDOS. NESSE ENCONTRO DEVEM SER PACTUADAS AS RESPONSABILIDADES DE CADA ATOR INSTITUCIONAL;
- CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL NO ÂMBITO DO JUDICIÁRIO COM CONTRATAÇÃO DE UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR;

- SUGESTÃO DE QUE O PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL CHAMA-SE ASSAI (AÇÃO DE ASSISTÊNCIA INTEGRADA);
- UNIFICAÇÃO DAS AÇÕES DO JUDICIÁRIO NO TRABALHO COM AS PESSOAS EM MEDIDA DE SEGURANÇA ATRAVÉS DA ESPECIALIZAÇÃO DE UMA VARA, NA QUAL DEVE SE VINCULAR O PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL;
- CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE VÃO INTEGRAR O PROGRAMA;
- REALIZAÇÃO DE UM LEVANTAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DE PROJETOS A FIM DE CAPTAR RECURSOS JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA CUSTEAR BOLSAS PARA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO, CONTRATAÇÃO DE ACOMPANHANTES TERAPÊUTICOS E OUTRAS ESTRATÉGIAS NECESSÁRIAS;
- FORTALECIMENTO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE EJA EM PARCERIA COM A SUSIPE/SEDUC COM RECURSOS ADEQUADOS PARA A EXECUÇÃO DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA ESPECÍFICA PARA O HCTP;
- CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA OS INTERNOS DO HCTP, E AUMENTO DA OFERTA DAS OFICINAS LIVRES DE ARTE E EDUCAÇÃO;
- PARCERIA COM EMPRESAS PARA INSERÇÃO SOCIAL PELO TRABALHO COM INCENTIVOS FISCAIS PARA EMPRESAS EMPREGADORAS;
- DESENVOLVER CAMPANHAS ESTADUAIS DE SUPERAÇÃO DO ESTIGMA E LUGAR DE MENOR VALOR DAS PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS;
- FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL;
- ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL;

- CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO SALARIAL DOS TRABALHADORES DE SAÚDE MENTAL;
- NOTIFICAÇÃO DO PODER EXECUTIVO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE FATO E DE DIREITOS DAS RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS;
- CRIAÇÃO DO PLANO DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE DOS PRESO COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL E MONITORAMENTO DO TRATAMENTO DO PACIENTE JUDICIÁRIO;
- CAPTAÇÃO DE RECURSOS DO PLANO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO AO ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS.

## **IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS NOS ÂMBITOS DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SISTEMA PENITENCIÁRIO E JUSTIÇA.**

### **A) SÍNTESE DOS PROBLEMAS:**

- 1)** Não há, na prática, uma política de prevenção e tratamento da saúde mental no Estado, que resultaria na prevenção de crimes e evitaria o internamento. No interior do Estado, a situação é mais grave.
- 2)** A ausência de uma política pública e de uma estrutura de saúde e de assistência articulada sobrecarrega o Judiciário e restringe a ação dos técnicos e profissionais de saúde que atuam na área.
- 3)** A ausência dessa política contribui para a permanência da instituição asilar HCT, para a prática do internamento e para o aumento da população em medida de segurança.
- 4)** A situação atual da rede de saúde mental do Estado é precária, o que dificulta o trabalho das equipes. Falta profissionais, capacitação, estrutura física, medicamentos.
- 5)** A rede de assistência primária à saúde é deficitária e inibe a prevenção do surto e do crime.
- 6)** A ausência de médico psiquiatra no HCT é fato que reflete, diretamente, na permanência dos internos em medida de segurança, dificultando a desinternação e a desinstitucionalização.
- 7)** A ausência de um procedimento de triagem entre as pessoas submetidas à internação, dificulta o processo de desinstitucionalização.
- 8)** A ausência de psiquiatra no HCT faz com que a produção dos laudos se concentre no Centro de Perícias Renato Chaves. O perito, porém, pouco contato tem com o paciente e, na grande maioria dos casos,

opina pela permanência daquele em medida de segurança, em que pese os pareceres favoráveis da equipe à desinternação.

**9)** Nas comarcas do interior, os juízes não contam com o apoio de equipes de técnicos em saúde para avaliar os casos de inimputabilidade por doença mental. Há carência das equipes de atendimento social para dar suporte às decisões judiciais.

**10)** Os problemas que afetam a área da saúde, as dificuldades quanto a ausência de estrutura, de políticas, dificultam a efetivação da luta antimanicomial.

**11)** A rede de assistência em saúde mental está desarticulada.



**PROPOSTAS DE SOLUÇÕES AOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS**  
**DURANTE O ENCONTRO**  
**(em 11/10/13):**

- 1) A Comissão deliberou pela desinternação imediata dos dez pacientes do HCTP que participaram do evento. Como medidas, foram propostas: a inclusão destes no mutirão do TJ-Pa; o imediato encaminhamento ao atendimento pela rede psicossocial; a equipe de técnicos do TJE deverá elaborar um projeto terapêutico para cada um deles, independentemente de perícia e de exame de cessação de periculosidade.
  
- 2) Quanto à perícia, as pessoas que conhecem a realidade de cada interno, que os atendem diariamente, como a equipe de técnicos, são as capacitadas para emitir pareceres sobre a desinternação. Deverá ser designada, pela Comissão, a constituição de uma equipe mínima, responsável pela transição desses casos.
  
- 3) A equipe mínima não seria formada pelos técnicos do manicômio. Os técnicos do HCTP atuariam no sentido de trazer subsídios à equipe mínima, que por sua vez, fará a articulação com a rede, com o juiz e com a família de cada interno. A proposta é que a equipe mínima seja constituída pelos técnicos da equipe multidisciplinar do TJE, que hoje atua na Vara de Execução Penal.
  
- 4) Foi proposta a designação de um psiquiatra forense do CPC-Renato Chaves para cumprir carga horária dentro do HCTP, com o escopo de dar celeridade aos exames e às prováveis desinternações, e rever a situação dos internos provisórios que aguardam por perícia. A permanência do psiquiatra seria transitória, para acompanhar o processo de transição. Tal proposta não foi acolhida pela maioria dos presentes, pois o objetivo é o fechamento daquela instituição. Os três peritos psiquiatras que hoje atendem a demanda de exames do Estado trabalham com uma perspectiva da Psiquiatria

extremamente conservadora e apenas reafirmam o que já foi dito sobre o paciente. Deslocar a psiquiatria forense do IML para o HCTP só reforçaria o esquema que lá funciona. Foi acatada a proposta da constituição de uma equipe multidisciplinar, para acabar com a concentração do poder psiquiátrico e proporcionar uma multiplicidade de olhares sobre cada uma das pessoas que cumprem medida de segurança.

- 5) A Comissão deverá cobrar maior empenho da Defensoria Pública do Estado no sentido de pleitear a liberdade provisória dos internos provisórios que aguardam no HCTP, a realização de perícia. Se houver necessidade de prisão, que aguardem na casa penitenciária.
- 6) Em que pese as deficiências da rede de assistência psicossocial, os internos não mais deverão esperar pela estruturação da rede para serem desinternados. A preocupação com o atendimento no pós desinternação é real, mas não justifica a permanência da internação. Esse acompanhamento pode acontecer no local de residência do sujeito.
- 7) Quanto à ausência de representante da SESPA no evento, deverá ser produzido um relatório sobre a problemática e as soluções discutidas no Encontro, para posterior encaminhamento de documento aquele órgão. Propôs-se a realização de uma reunião com os gestores de saúde.
- 8) Foi proposta a unificação da vara judicial de execução das medidas de segurança, por se tratar de casos complexos, que exigem atuação permanente do operador jurídico. O juiz e o promotor são atores políticos e precisam estabelecer contato com a rede de assistência psicossocial, para o acompanhamento dos casos.

- 9) Propõe-se a utilização da arte como recurso para intervir nos espaços onde há violência, principalmente com o usuário do sistema de saúde.
- 10) Impõe-se a constituição de um fórum permanente, com a finalidade de quebrar resistências com a força do coletivo e ajudar na visibilidade política do movimento de desinstitucionalização.
- 11) A Comissão deverá buscar pela articulação com universidades, visando à formação de estágios e o fomento à pesquisa e extensão, com vistas ao projeto terapêutico.
- 12) A juíza de Direito, Dra. Emília Medeiros, presente ao evento, comprometeu-se com a análise dos casos dos internos que participaram do Encontro, prometendo dar celeridade aos processos.

**ANEXOS**

**PROGRAMAÇÃO DO III ENCONTRO ESTADUAL DE  
EXECUÇÃO PENAL: "A EXECUÇÃO DA MEDIDA DE  
SEGURANÇA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO SOCIAL"**

<b>DATA</b>	<b>HOR A</b>	<b>ATIVIDADES</b>
09/10/2013	17:00 18:00 19:00 19: 30	<p>Credenciamento e Coffe Break</p> <p>Mesa de Abertura</p> <p>Lançamento do CD do Coral Dó Ré Mí Faz Melhor</p> <p><b>Palestra de Abertura: Cenário Nacional da Política Antimanicomial para a execução da medida de segurança</b></p> <p>Expositora: Dr<sup>a</sup> Flávia Cristina Silveira Lemos (Professora de Psicologia Social/UFPa)</p> <p>Coordenador da Mesa: Dr. Claudio Henrique L. Rendeiro – Titular da 1<sup>a</sup> Vara de Execuções Penais da RMB, Coordenador Estadual do GMF/Projeto Começar de Novo.</p>
10/10/2013	8:00 10:00 10:30 12:30 14: 30	<p><b>2<sup>a</sup> Mesa-Redonda: A Medida de Segurança: Situação Atual e Perspectivas no estado do Pará.</b></p> <p>Expositores: Dra. Eliana Vasconcelos (Defensora Pública do Pará); Luiz Romano da M. Araújo Neto (Psicólogo do SEFIS/TJE/PA e Mestrando/UFPa); Alyne Alvarez (Professora de Psicologia e Doutoranda/PUC-SP); Marilda Couto (Coordenadora Estadual de Saúde Mental)</p> <p>Coordenador da Mesa:</p> <p>Lanche</p> <p>Grupos de Trabalho: Identificando os problemas nos âmbitos da saúde, assistência social; sistema penitenciário e justiça.</p> <p>Intervalo p/ Almoço</p> <p><b>3<sup>a</sup> Mesa-Redonda: A Lei da Reforma Psiquiátrica e a ruptura com o paradigma da clausura para o cuidado em saúde mental: experiências de desinstitucionalização em outros Estados brasileiros.</b></p>

	16:00 16:30 18:00	Expositores: Dr. Haroldo Caetano (Promotor de Justiça do MP/GO), Tania Kolker (Ministério da Saúde), Railander Quintão (Ministério da Saúde) e Cristina Vicentin (PUC-SP; Ginter) Coordenador da mesa: Lanche Grupos de Trabalho: Propondo soluções aos problemas identificados. Leitura de cartas dos internos do HCTP Exposição "Restos Manicomiais" com participação dos internos do HCTP
11/10/2013	8:00 10:00 10:30 12:30 13:00	<b>Oficina: Mobilizando os atores da rede local para viabilizar projeto de desinstitucionalização no Pará.</b> Expositora: Dra. Fernanda Otoni (TJMG; coordenadora do PAI-PJ) Lanche <b>Exposição das propostas construídas pelos Grupos de Trabalho</b> Mediadores: Fernanda Otoni, Dr. Haroldo Caetano, Tania Kolker <b>Apresentação da Comissão Permanente de Trabalho</b> para a construção de Programa de Atenção Integral ao paciente judiciário no Pará. <b>Encerramento</b> <b>Programação Cultural</b>



Mesa de Abertura do III Encontro Estadual de Execução Penal-Fórum Cível



Reunião Plenária no 1º dia do Encontro de Execução- Fórum Civil



Dr. Claudio Rendeiro  
idealizador do projeto de  
gravação do Cd das  
internas/CRF



Lançamento do Cd do Coral Dó, Ré, Mi Faz  
Melhor na Abertura do III Encontro de